

A solidariedade é a única arma que pode nos salvar da violência

Sonia M. P. Kruppa

Toda situação escolar é complexa. Escola não é prédio, mas se constitui por relações humanas entre e inter gerações, mediadas por informações que devem favorecer o conhecimento de cada um dos envolvidos, posto não ser possível ensinar sem aprendizagem mútua dos que se envolvem nessas relações. Grande parte das ações escolares ocorre num determinado local, o prédio escolar, que, por isto, impregna-se dessas relações.

O ocorrido em Suzano/SP revela a plenitude dessa complexidade: o massacre de jovens no prédio da Escola Estadual Prof. Raul Brasil não se explica apenas pelas relações havidas em seu interior.

Alguns disseram que o ocorrido nesta escola era uma realidade já declarada.

De fato, não só nas ruas, praça e parque de Suzano, há tempo e em outros locais de São Paulo e do Brasil, os/as jovens nos dizem que estão aí, precisando de interações plenamente humanas e humanizadoras, de políticas públicas que, efetivamente, assegurem respeito a suas necessidades de sobrevivência: acolhimento/protagonismo, lazer, cultura, escola de qualidade, saúde e oportunidade digna de trabalho.

Os/as jovens de 15 a 29 anos somam, no Brasil, expressivos 50,8 milhões, em 2018 (IBGE). Mas, a população brasileira está em progressiva redução, cujas causas esclarecem parte do problema ocorrido na escola de Suzano. A redução populacional não se explica, apenas, pela entrada da mulher no mercado de trabalho: mais e mais jovens preferem criar cães ou gatos a terem filhos, o que parece indicar desesperança em relação às condições de vida futura. A tragédia de Suzano revela desesperança?! Ainda mais relacionado a esse episódio, está o homicídio de jovens. A redução populacional explica-se, também, pela violência: 33.590 jovens foram assassinados no Brasil, em 2016 (Atlas da Violência, 2018,p.32). Número que vem aumentando e que, se tomado como referência, leva ao cômputo de cerca de 16 jovens assassinados nas quatro horas em que levei na escrita desse artigo. Número maior que o

dobro do considerado chocante, da tragédia que se tornou a grande manchete no país: 7 jovens mortos em Suzano. Ao mesmo tempo em que o número total de jovens assassinados no Brasil passa despercebido, mesmo sendo parte explicativa do problema registrado no prédio da escola estadual Professor Raul Brasil. De fato, é preciso explicar por que, no dia 13 de março de 2019, sete jovens morreram assassinados nesta escola. Mas, para explicar estas mortes dolorosas, é preciso explicar por que noventa e dois jovens continuam sendo assassinados por dia no país.

Em 2016, os jovens ocuparam mais de mil escolas em todo o Brasil, pondo a nu a fragilidade do atendimento escolar realizado. Em São Paulo, os jovens passaram a ser vigiados e perseguidos, depois de seu ato de denúncia e de resistência propositiva nestas escolas. A esse movimento, os governos federal e estadual responderam respectivamente com a Reforma do Ensino Médio e com a Emenda Constitucional n. 95, que congelou os gastos públicos, inclusive os da Educação, por 20 anos. Em São Paulo, deu-se continuidade à redução das escolas estaduais, com o aumento descabido de alunos por sala de aula: um professor, às portas do massacre de Suzano, denuncia os 45 alunos por sala na escola Raul Brasil, um dos motivos de sua remoção para outra escola.

Há muito, há muito tempo mesmo, os professores exigem salários e jornada de trabalho dignos. Há muito tempo, as pesquisas indicam que a formação continuada deve ocorrer a partir da Escola, que, assim, pode e deve produzir um projeto próprio, em interação com o território e a comunidade do entorno, condição fundamental para a qualidade do diálogo necessário à realização do papel da escola: instituição de formação, mediação e de conhecimento. Há muito tempo, as pesquisas indicam o malefício da formação inicial para a docência, realizada de forma aligeirada em unidades do ensino privado, muitas vezes organizadas de forma não presencial, sem responder às exigências da formação necessária à profissão docente. A esse clamor e denúncia, os governos respondem com a padronização dos currículos, as avaliações externas, que repetem diagnósticos de baixos resultados escolares, sem atacar as causas desse baixo rendimento e sem responder ao clamor docente e às indicações das pesquisas, estimulando políticas de competição e de bônus salariais àqueles docentes “vitoriosos” por obterem melhores notas de seus

estudantes, mesmo que a custa da exclusão dos que não conseguem/podem assim se disciplinar e/ou responder. Uma padronização e nivelamento favorável ao grande mercado educacional, mais e mais incentivado, também por estas políticas públicas, que se misturam às fundações mantidas por grandes bancos.

Já há tempo, aos jovens do estado de São Paulo, contrastando com a involução das políticas educacionais estaduais para esse segmento, é dada a resposta da “pax monopolista do Primeiro Comando da Capital (PCC)”. Estudos apontam a hipótese segundo a qual o “tribunal da facção criminosa passou a controlar o uso da violência letal, o que teria gerado efeitos locais sobre a diminuição de homicídios em algumas comunidades” (Atlas da Violência, 2018. p.24). O PCC, também por sua origem e promessa de resolução de injustiças ocorridas no sistema prisional, tem práticas, rituais e cultura simbólica com força entre os jovens. Não, à toa, a irmandade do PCC é tida por muitos deles como esperança e modelo de vida e de transformação. Não nos esqueçamos, a incidência do PCC, em Suzano.

Somando-se ao PCC, rituais e cultura de violência se desenvolvem em redes virtuais, atingindo e polarizando, inclusive, as relações entre jovens de classes sociais distintas. É bom destacar que o culto à violência não é prerrogativa de jovens pobres da periferia, embora as taxas de homicídios recaiam, predominantemente, sobre eles. No caso dos mais pobres, o protagonismo efêmero do tráfico de drogas, mesmo que às custas da morte, parece ser compensador da invisibilidade diária que a sociedade submete os jovens da periferia. Sem dúvida, os jovens assassinos da escola Raul Brasil tiveram absoluto protagonismo.

Há muito tempo, constatamos o aumento da resposta dada pelas igrejas e cultos, que se proliferaram nas comunidades brasileiras e em Suzano, abrindo espaços de socialização e de encontro aos jovens e à população, que, muitas vezes, postergam sua organização para o enfrentamento dos problemas, restringindo-se a pertencer a uma ação agregadora, impregnada de uma ordem moral profundamente conservadora.

A esse respeito, é expressiva a manifestação de um pai a uma diretora de escola da periferia de SBC: - “Diretora, sabe o que o bar, o tráfico e a igreja têm em comum? - Proporcionam o prazer (mesmo que momentâneo), dão conforto, dão alegria, respondem as inquietações de cada um”.

Com pano de fundo dessas constatações e denúncias, de fato, já há tempo ou desde sempre, as ameaças/o rompimento da tríade **igualdade, liberdade e solidariedade**, que trouxe a possibilidade da República e da Democracia no mundo ocidental. Vivemos numa sociedade fraturada, que está se estilhaçando. Desde seu anúncio, na Revolução Francesa, a polaridade entre a igualdade e a liberdade, de certa forma, tornou possível a frágil existência da solidariedade, especialmente, no pós guerra de 1945, permitindo a formação do fundo público que assegurou o estado de bem estar social nos países europeus, e uma tênue construção, no Brasil, mesmo no período militar, com maior ampliação a partir do processo de democratização e com os direitos obtidos por meio da Constituição Federal de 1988, processo que passa, recentemente, a ser dramaticamente interrompido. De fato, mundialmente, e com maior força, a partir dos anos de 1970, a condição do estado de bem-estar social é cultural e economicamente ameaçada pela avassaladora imposição do individualismo, da meritocracia e da competição, motores da sociedade na onda neoliberal, e pelo enfraquecimento da utopia e das práticas socialistas.

Se isto é trágico nos países centrais, o que não percebemos é que, sem as condições mínimas de solidariedade, não há condições de sobrevivermos nas condições de exploração brutal realizadas pelo capital em países abaixo do Equador. Com a melhoria das condições de vida, a partir dos anos 2000, não conseguimos manter e ampliar, com a intensidade necessária, os laços de solidariedade e a formação de coletivos que assegurassem a continuidade da formulação de utopias, que pudessem fazer frente às amarras impostas pelo fortalecimento do capitalismo, em sua versão atual de financeirização das relações sociais e dos direitos.

A ampliação do atendimento escolar não foi acompanhada pelo fortalecimento da chamada escola cidadã, que não conseguiu ser hegemônica. A visão de uma educação produtivista e de formação de profissionais competitivos e dóceis às leis do mercado parece estar sendo vitoriosa.

Por fim , cabe destacar que esses fatos antecedem e por isso, também explicam a eleição do atual presidente da República e de outros políticos que defendem professores e população armada, que estimulam a violência como forma de resolução dos conflitos e que, por isso, tornam-se referência e alimentam a violência juvenil, na imposição da fala segundo a qual “bandido bom é bandido morto”, da defesa do fim da maioria penal, apontando para a morte, jovens, em especial, homens, negros e pobres da periferia.

Mas a utopia da escola pública de qualidade social é o grande motor da afirmação da autonomia e da qualidade da docência. Sem ela, os coletivos que marcam historicamente a luta pela escola, não sobreviverão.

Dessa forma, afirmo a importância de não perdemos a esperança das lutas coletivas e solidárias. O desafio, para todos os profissionais da educação e para a comunidade da Escola Estadual Prof. Raul Brasil é transformar o luto pelos jovens que ali morreram e que morrem a cada dia, no fortalecimento dessa possibilidade. É a solidariedade que nos dá esperança de vida e que permite a aposta numa futura geração de crianças e de jovens, que nos substituam na vida e na construção de um mundo melhor para todos. A escola que se espraia na cidade, que não transforma seu prédio em mais uma prisão de crianças e de jovens, pode ampliar essa possibilidade, ganhando mais força para exigir dos governos e da sociedade as condições para essa empreitada.

Escolas muradas, gradeadas e armadas, polícia estimulada a matar, bem como jovens que preferem “filhos gatos e cachorros” não salvarão a humanidade e nem nos livrarão da violência.

17/03/2019